

O 25 de Abril e o ensino da História:  
O processo revolucionário nos manuais escolares

The 25th of April and the teaching of History:  
The revolutionary process in textbooks

Pierre Marie e Pedro Réquio

**Pierre Marie**, Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra no âmbito do projecto “25AprilPTLab – Laboratório interativo da transição democrática portuguesa”. ORCID ID: 0000-0003-0465-0660.

**Pedro Réquio**, Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É investigador do projecto “25AprilPTLab – Laboratório interativo da transição democrática portuguesa”. ORCID ID: 0000-0002-5450-5755.

O 25 DE ABRIL E O ENSINO  
DA HISTÓRIA: O PROCESSO  
REVOLUCIONÁRIO  
NOS MANUAIS ESCOLARES

Este artigo tem como objetivo proceder a uma análise da forma como as temáticas relacionadas com o 25 de Abril e o processo revolucionário são conduzidas e explanadas nos manuais escolares de História do ensino básico e secundário. Este estudo foi feito tendo em conta os programas e metas curriculares definidas pela Direção Geral da Educação, bem como as aprendizagens essenciais. Na primeira parte é abordada a presença da história do Estado Novo nos manuais, do processo revolucionário e da transição para a democracia. A segunda parte é dedicada à identificação de uma narrativa comum em todos os manuais. Narrativa esta que assenta sobre mecanismos como saltos temporais ou simplificação e omissão de projetos políticos e sociais. Na conclusão, é desenvolvida uma reflexão sobre a distância existente entre a narrativa apresentada nos manuais e as mais recentes investigações sobre o tema. Bem como sobre a necessidade de colocar os alunos no papel de investigadores, considerando que o fomento do pensamento crítico é um dos principais objetivos a alcançar durante o percurso escolar.

**Palavras-chave:** História; Ensino; 25 de Abril; Democracia; Século XX

THE 25TH OF APRIL  
AND THE TEACHING  
OF HISTORY:  
THE REVOLUTIONARY  
PROCESS IN TEXTBOOKS

The aim of this article is to analyse how themes related to the 25th of April and the revolution are addressed and explained in basic and secondary education History textbooks. This study was based on the syllabus and course targets defined by the Directorate General for Education, and on essential learning goals. The first part addresses the reference to Estado Novo in textbooks, the revolutionary process, and the transition to democracy, while the second part identifies a common narrative in all textbooks, based on mechanisms such as time leaps or simplification and omission of political and social undertakings. The article closes with a reflection on the gap between the narrative contained in textbooks and the latest research on this theme and on the need to turn students into researchers, as encouraging critical thinking is one of the main aims to be pursued in the course of the students' school career.

**Keywords:** History; Education; 25 April; Democracy; 20th century

LE 25 AVRIL  
ET L'ENSEIGNEMENT  
DE L'HISTOIRE :  
LE PROCESSUS  
RÉVOLUTIONNAIRE DANS  
LES MANUELS SCOLAIRES

Cet article vise à analyser la manière dont les thèmes liés au 25 avril et au processus révolutionnaire sont menés et expliqués dans les manuels d'histoire de l'éducation primaire et secondaire. Cette étude a été réalisée en tenant compte des programmes et des objectifs scolaires définis par la Direction Générale de l'Éducation, ainsi que des apprentissages essentiels. La première partie aborde la présence de l'histoire de l'État Nouveau dans les manuels scolaires, du processus révolutionnaire et de la transition vers la démocratie. La deuxième partie est consacrée à l'identification d'un récit commun à tous les manuels. Ce récit s'appuie sur des mécanismes tels que les sauts temporels ou la simplification et l'omission de projets politiques et sociaux. Dans la conclusion, une réflexion est développée sur la distance entre le récit présenté dans les manuels et les recherches les plus récentes sur ce sujet ainsi que sur la nécessité de mettre les élèves dans le rôle de chercheurs, la promotion de la pensée critique étant l'un des principaux objectifs à atteindre au cours du parcours scolaire.

**Mots clés:** Histoire; Éducation; 25 avril; Démocratie; XXe siècle

O presente texto tem por objetivo analisar a forma como o ensino do Estado Novo, do 25 de Abril e da transição para a democracia em Portugal, está operacionalizado nos manuais escolares. Este estudo visa fundamentar os trabalhos do projeto “25AprilPTLab – Laboratório interativo da transição democrática portuguesa” que pretende criar um repositório *online* de documentos destinados aos professores e aos investigadores. O projeto contempla quatro períodos integrados na transição democrática portuguesa: o crescimento das oposições ao salazarismo (1958-1968), o governo de Marcello Caetano (1968-1974), o processo revolucionário (1974-1976) e a institucionalização do regime democrático (1976-1982).

A disciplina de História desempenha um papel preponderante na formação de futuros cidadãos e o manual impõe-se como o principal documento de apoio para o desenvolvimento da atividade letiva dos professores. O levantamento dos manuais de História, utilizados atualmente, e dos programas que os enquadram, terá assim como objetivo a caracterização das narrativas desenvolvidas, bem como as fontes mobilizadas, para o ensino do período revolucionário e da transição para a democracia.

Para este fim, pretende-se focar a análise nos manuais escolares de História do ensino básico e secundário do 6.º, 9.º, 12.º Ano e do 11.º Ano na disciplina de História B, anos em que o período contemporâneo faz parte dos currículos. Estão assim contemplados no presente levantamento os livros de História e Geografia do 6.º Ano (5 manuais), de História do 9.º (6 manuais) e do 12.º Ano (2 manuais) e de História B do 11.º Ano (1 manual)<sup>1</sup>. A análise destes livros escolares será feita tendo em conta os programas e as aprendizagens essenciais definidas pela Direção Geral da Educação (DGE).

Na primeira parte deste estudo será analisada a presença da história do Estado Novo, do processo revolucionário e da institucionalização da democracia nos programas escolares em vigor e nos manuais. Identifica-se as principais temáticas tratadas nos manuais, os conceitos chave que os alunos devem dominar e as fontes usadas para a lecionação do período. A segunda parte será dedicada à identificação de uma narrativa comum aos manuais estudados. Esta narrativa está assente em quatro mecanismos: saltos temporais, simplificação dos projetos políticos, silêncios sobre os movimentos sociais, redução dos limites da democracia.

Na conclusão, desenvolver-se-á uma reflexão sobre a distância que existe entre a narrativa apresentada nos manuais e as investigações recentes sobre o tema. De igual modo, a disponibilidade de arquivos poderá permitir ultrapassar os silêncios e ausências analisados nos manuais e assim promover novas formas de práticas democráticas no âmbito de uma educação para a cidadania.

## I. O 25 de Abril nos programas e nos manuais

Os manuais regem-se pela segmentação presente nos programas da DGE e nos princípios orientadores da organização curricular (Decreto n.º 139/2012 de 5 de julho e n.º 55/2018 de 6 de julho) e, conseqüentemente, os títulos de cada capítulo e subcapítulo são os mesmos que se encontram plasmados no plano de ensino. A linha cronológica que norteia a organização das temáticas é comum a todos os anos letivos e as diferenças verificadas restringem-se somente à profundidade e complexidade dos conteúdos. De ter em conta que estes conteúdos

---

<sup>1</sup> A lista completa de manuais analisados encontra-se na primeira parte da bibliografia.

só aparecem nos segmentos finais dos manuais, e de igual modo, no final dos respetivos anos letivos. Fatores que certamente contribuem para o truncamento e simplificação das temáticas.

Antes de se proceder a uma análise sistemática dos conteúdos presentes nos manuais escolares convém explicitar que os eventos sucedidos a 25 de Abril de 1974 são historiograficamente perspetivados como uma data essencialmente simbólica, como um acontecimento que carrega em si o peso da militância anti-Estado Novo, a rutura com a ditadura Salazarista e a instituição de num novo modelo social e político. Da mesma forma que a cristalização e redução de fenómenos históricos no conceito do *25 de Abril* provoca uma simplificação dos mesmos, outros eventos e tendências irão ser submetidos a um processo semelhante.

Os principais eventos e datas são a instauração da ditadura militar (1926); a chegada de António de Oliveira Salazar ao Ministério das Finanças e a subsequente consolidação do poder, consagrada pela sua chegada a presidente do Conselho de Ministros e pela promulgação da Constituição de 1933; a difusão da propaganda nacionalista e criação dos mecanismos repressivos e de inculcação ideológica do Estado; a apresentação das figuras e grupos opostos ao regime salazarista, em particular Humberto Delgado (1946, 1958); o deflagrar da Guerra Colonial, a “Primavera Marcelista” (1969); o golpe militar efetuado na madrugada do 25 de Abril de 1974; o período de instabilidade militar, política, institucional e social que se sucede após o derrube do Estado Novo (1974-1976); as datas que ditam as alterações dos comportamentos políticos dos militares e dos partidos (28 de Setembro de 1974, 11 de Março e 25 de Novembro de 1975)<sup>2</sup>; a normalização sócio-institucional estabelecida graças à instauração de uma democracia liberal (1976); e por fim a primeira revisão constitucional e o afastamento dos militares das estruturas do poder através da extinção do Conselho da Revolução em 1982<sup>3</sup>. Para além destas efemérides existem três períodos gerais que as separam em blocos. Estes mesmos blocos são comuns a todos os manuais conforme os programas e contemplam as seguintes divisões: do início da decadência da ditadura até ao seu fim (1958-1974); do 25 de Abril de 1974 à normalização da situação político-institucional (1974-1976) e das primeiras eleições legislativas e presidenciais até à primeira revisão constitucional e extinção do Conselho da Revolução (1976-1982).

## Manuais do 6.º Ano

Os manuais do 6.º ano são demonstrativos do esquema geral que será retomado e aprofundado pelos manuais dos anos letivos procedentes, apresentando a ascensão de Salazar ao poder e focando-se no seu papel no equilíbrio das finanças. Os fundamentos autoritários do regime são expostos e corroborados por referências às instituições de repressão e à absorção da população dos preceitos ideológicos vigentes. A Guerra Colonial e a sua relação com a defesa intransigente do colonialismo pelo regime do Estado Novo é também sublinhada. Alguns dos movimentos e figuras da oposição ao regime são referidos, com destaque para a campanha presidencial de Humberto Delgado. Sobre o período marcelista, os manuais asseveram que as bases repressivas do regime se mantiveram, apesar do discurso modernizador. Os capítulos dedicados ao 25 de Abril apresentam lacunas significativas. É dedicado mais espaço na

---

<sup>2</sup> Estes eventos, tendo em conta a sua densidade, só se encontram nos manuais do 9.º ano e do Secundário.

<sup>3</sup> Também estes eventos só se encontram nos manuais do 9.º ano e do Secundário.

descrição das manobras militares que depuseram o regime do que a expôr as razões que conduziram ao mesmo. Salgueiro Maia é assumido como a figura central do Movimento dos Capitães. O processo revolucionário é completamente omitido e também as manifestações do 1.º de Maio se encontram ausentes da maioria dos manuais. Os movimentos populares só são referidos durante o próprio dia de 25 de Abril de 1974: “Os portugueses reagiram com muita alegria à revolução. Vieram para as ruas manifestar o seu apoio e agradecimento aos militares, distribuindo alimentos, abraços cravos” (*HGP em Acção*, 6.º ano, 143). De igual modo, as reivindicações populares só constam num manual: “Com a democratização do país, os trabalhadores começaram a organizar os seus sindicatos e a fazer livremente grandes “manifestações” de rua, nas quais, com cartazes e “palavras de ordem”, chamavam a atenção para os seus problemas” (*História e Geografia de Portugal*, 6.º ano, 133). Os manuais do 6.º ano apresentam dois saltos temporais, de 1974 (golpe militar, programa do Movimento das Forças Armadas e instituição da Junta de Salvação Nacional) a 1976 (Constituição de 1976) e de 1976 (apresentação dos órgãos de poder democrático) a 1986 (adesão à Comunidade Económica Europeia). O processo de descolonização é abordado de forma mais detalhada do que as modificações concretizadas em Portugal pelo processo revolucionário.

### Manuais do 9.º Ano

Os manuais do 9.º ano, tal como os do 6.º, apresentam o Estado Novo enquanto estágio final da maturação da ditadura militar, e Salazar como “mago” das finanças. Todavia, ao mesmo tempo, propõem uma caracterização mais profunda e comparativa do Estado Novo, ao estabelecerem paralelos com o fascismo italiano. Apontando como principais pontos de encontro o regime económico corporativista e o autoritarismo. O principal elemento distintivo do Estado Novo é a sua identificação com o tradicionalismo salazarista e o catolicismo. Contudo, a militarização tardia do regime<sup>4</sup> (1936) nunca é apresentada como consequência da guerra civil espanhola (Rosas, 1994, 283). Na sequência do pós-Segunda Guerra Mundial, o regime assume uma aparente democratização, simbolizada, de acordo com o próprio, pelas “eleições tão livres como na livre Inglaterra” (*História 9*, 9.º ano, 90), na mudança da terminologia Polícia Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) para Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE), na alteração do paradigma económico<sup>5</sup> e de igual modo na entrada de Portugal para a Associação Europeia de Livre Comércio em 1960. A partir da década de 1960 os manuais aludem essencialmente a uma caracterização do regime enquanto entidade caduca, que se encaminha para o seu fim. Encontram-se breves menções às parcas condições nas quais viviam a grande maioria da população e às suas consequências, a emigração em massa e a agudização do descontentamento da população face ao regime. Em paralelo, também as fileiras dos grupos oposicionistas, internos e externos, legais e ilegais, engrossavam-se. Apesar da necessidade da explicação da oposição ao regime constar nos programas da DGE, a sua exposição nos manuais é bastante reduzida ou até mesmo insuficiente, tendo em conta a omissão de

---

<sup>4</sup> A criação de organizações como a Legião Nacional e as Mocidades Portuguesas dá-se em 1936, quando o conflito despoleta no país vizinho. Com o medo do contágio revolucionário são criados estes mecanismos, de inculcação ideológica fascizante.

<sup>5</sup> O primeiro plano de industrialização do país é consumado com no I Plano de Fomento em 1953.

eventos relevantes. Como são os casos do Golpe da Sé, do assalto ao quartel militar de Beja e o assalto ao paquete Santa Maria (apenas num manual estes eventos são mencionados). No campo da oposição as campanhas do Movimento de Unidade Democrática (MUD), de Norton de Matos e de Humberto Delgado, em particular de Delgado, que merecem lugar de destaque. Já no campo da oposição clandestina existem breves menções a Mário Soares e ao Partido Comunista Português (PCP), por vezes a Álvaro Cunhal em específico. Quanto à Guerra Colonial e às suas consequências os manuais dedicam-se essencialmente a assinalar os diversos movimentos independentistas e seus líderes, o movimento dos retornados e o início das guerras civis nos ex-territórios coloniais. A informação presente relativa ao teatro de guerra e à descolonização é sustida através do recurso a imagens e gráficos e é algo incipiente.

Por sua vez, o processo revolucionário é assumido como sendo, integralmente, um período de excessos, caos e atitudes injustificadas por parte da população, sintomatizadas pelas greves e ocupações efetuadas em todo o centro e sul do país. De um modo geral a sua exposição é demasiado simplista e até confusa. As tomadas de posição e as entidades políticas e militares são divididas em dois campos coesos, um constituído por militares “gonçalvistas” e “otelistas”<sup>6</sup>, pelo PCP e por todos os partidos à sua esquerda e outro composto por todos os restantes militares e organizações associados à esquerda e à direita moderada. O 25 de Novembro e a entrada em vigor da Constituição de 1976 são retratadas como as manobras que atribuem à nova República Portuguesa a sua normalidade e legalidade democrática. De igual modo, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) é percebida como o culminar da consolidação completa do estabelecimento da democracia. Como se esta representasse o encerrar de um processo iniciado com o 25 de Novembro.

## Manuais do Secundário

Os manuais do secundário (História B do 11.º ano e História A do 12.º) possuem entre si níveis iguais de densidade e de pormenorização dos conteúdos, não estando, no entanto, isentos de lacunas, equívocos ou perspectivas determinísticas dos eventos históricos. O primeiro tópico do período a abordar intitulado “Portugal: do autoritarismo à democracia” encontra-se explanado de um modo mais claro e completo no manual de História B do que nos manuais de História A todavia. Após um retrato de Portugal enquanto país essencialmente rural, dominado por práticas agrícolas antiquadas e de baixa produtividade, que sofreu, todavia, um processo de industrialização tardia e limitada a partir da década de 1950, a estagnação económica e as parcas condições de vida foram favoráveis à fortificação dos grupos oposicionistas e à emigração. Excluindo tabelas das taxas de emigração ao longo das décadas, os manuais não transmitem uma ideia sólida das condições de pobreza verificadas no Portugal do pós-guerra.

Já o ponto “A radicalização das oposições e o sobressalto político de 1958” encontra níveis de tratamento diferentes consoante os manuais. O desenvolvimento das oposições efetivado durante e após o “terramoto delgadista” (Rosas, 1994, 523) é exposto com alguma particula-

---

<sup>6</sup> Os primeiros estavam associados ao brigadeiro e então Primeiro Ministro Vasco Gonçalves e os segundos, também conhecidos como COPCON (Comando Operacional do Continente), a Otelo Saraiva de Carvalho. Muito genericamente, os primeiros estariam mais próximos das posições e práticas do PCP e os segundos aos partidos que se encontravam à esquerda do PCP.

ridade em cada manual. De modo geral, todos são fiéis ao desenvolvimento factual dos acontecimentos, ao encararem a campanha do general Humberto Delgado como o catalisador que propiciou um amadurecimento exponencial dos grupos oposicionistas e do descontentamento de setores da população face ao regime. Se diversas organizações de extrema-esquerda (como é o caso do Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias) nunca são explanadas enquanto células fracionárias do PCP nos manuais de História A, no manual do 11.º ano estas cisões são evidenciadas. De igual modo, esta publicação menciona eventos que não constam nos manuais do 12.º ano, como a carta a Salazar enviada pelo Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes (incluindo citações), o assalto ao paquete Santa Maria e ao quartel de Beja e ainda a tentativa de golpe de estado de Botelho Moniz. Em contrapartida, os manuais de História A referenciam as greves estudantis e o I Congresso da Oposição Democrática como formas alternativas de oposição ao regime.

A exposição das principais características da “Primavera Marcelista” é processada de igual modo em todos os manuais do secundário. O programa de descompressão política levado a cabo por Marcelo Caetano revela-se infrutífero ou meramente cosmético. O impacto da Guerra Colonial acentua o fosso entre o poder político e a sociedade e faz com que a censura não seja atenuada. De notar que os manuais não evidenciam que a perpetuação da guerra é motivada pela persistência do governo e pelos interesses económicos dos grupos financeiros portugueses face às colónias. O imobilismo do governo face à guerra faz com que os militares se organizem para o derrubar. Todavia, antes da politização do Movimento dos Capitães, urge referir que o mesmo surgiu devido à promulgação do Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho que facilitava a entrada de novos militares para o quadro permanente (milicianos). Gesto que gerou um enorme descontentamento entre os militares de carreira e que de acordo com Otelio Saraiva de Carvalho se tornou “historicamente, no verdadeiro rastilho para a criação do Movimento” (Carvalho, 1977, 128).

O ponto “Da Revolução à estabilização da democracia” é sistematizado com mais profundidade nos manuais de História A do que nos de História B, apesar da perspectiva sobre os eventos históricos ser semelhante. Se o Movimento dos Capitães (mais tarde rebaptizado Movimento das Forças Armadas – MFA) e as suas origens são descritos com brevidade no manual do 11.º ano, nos manuais de História A encontra-se presente uma visão mais profusa dos acontecimentos. O MFA enceta um golpe de estado. Derrubando o governo em conjunto com as estruturas do Estado Novo (Câmara Corporativa, Assembleia Nacional e PIDE) e instituindo uma Junta de Salvação Nacional para presidir ao governo país, estabelecendo assim a aliança Povo-MFA.

Após a exposição do desmantelamento das estruturas de suporte do Estado Novo os manuais debruçam-se sobre as tensões político-ideológicas presentes no seio dos militares, dos partidos políticos e da sociedade portuguesa em geral. Após a instituição da JSN, presidida pelo general António de Spínola, o agudizar das divergências levou o mesmo a convocar a manifestação da “Maioria Silenciosa”, que, após ter sido gorada, levou Spínola a abandonar o cargo da presidência e a tentar um golpe de Estado em 11 de Março de 1975. O falhanço da intentona levou a uma esquerdização dos militares, que, todavia, não foi consensual no seio do movimento. As novas políticas económicas de carácter anti-monopolista, levadas a cabo pelo III Governo Provisório, administrado por Vasco Gonçalves, que nacionalizam as principais empresas e conduzem às experiências autonomistas e às ocupações de terras e imóveis geram desconfiança nalguns sectores da população. O processo revolucionário provoca assim

o aparecimento de diversas facções no MFA (spínolistas, direita moderada, esquerda moderada, esquerda gónçalvista e esquerda revolucionária/radical) e de movimentos populares de caracterizados como excessivos pelos manuais. De acordo com o manual *Um Novo Tempo da História*, após a institucionalização da JSN as posições políticas vão-se extremado e “em nome da liberdade, num país que não a conheceu durante 48 anos, cometem-se alguns abusos. A vontade de resolver de modo imediato os problemas decorrentes das más condições de habitação e de trabalho leva populares e trabalhadores a iniciar uma vaga de ocupações” (12.º ano, 108). Este manual também nomeia as várias formas de poder popular, a Reforma Agrária e as diversas formas de ocupação de terras e casas, algumas como sendo abusivas. O aparecimento do Grupo dos Nove justifica-se como uma forma de travar os abusos da esquerda. A divisão entre norte e sul surge de modo igualmente simplista e erróneo: “No Norte assaltam-se sedes de partidos de esquerda. No Sul de direita” (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 123). É só após o 25 de Novembro e a entrada em vigor da Constituição que a situação se normaliza e a democracia efectiva é inteiramente estabelecida, consagrando o caminho para o socialismo e ao mesmo tempo as garantias de liberdade para o cidadão e um regime democrático e pluralista. “A maior parte da população portuguesa, assim como os tradicionais aliados de Portugal, particularmente os EUA, respiram de alívio” (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 123).

#### Fontes e materiais utilizados nos manuais

Os documentos utilizados em todos os manuais analisados são frequentemente os mesmos. O levantamento iconográfico dos documentos permitiu inferir que o recurso constante aos mesmos conteúdos de suporte se revela exaustivo e repetitivo. Sobretudo tendo em conta o vasto manancial disponível que pode contribuir para um enriquecimento das matérias lecionadas. Textualmente, é comum encontrar excertos do discurso de Salazar em 1933 ou do programa do Movimento das Forças Armadas, por exemplo.

Os cartazes de propaganda do Estado Novo são também, invariavelmente, os mesmos: “Portugal não é um país pequeno”; “Salazar salvador da pátria”; “A Lição de Salazar: Deus, Pátria e Família”. Já no que toca ao período compreendido entre o pós-Segunda Guerra e o final do Estado Novo, a iconografia presente nos manuais mais frequente são fotos e cartazes do MUD, da campanha de Norton de Matos ou a foto de Humberto Delgado no Porto em 1958. Quanto à Guerra Colonial é comum haver alguma variedade de fotos no local, cartazes de propaganda para a mobilização militar e por vezes documentos que são reveladores da opinião pública internacional em relação ao conflito. Como cartazes de apoio à independência dos povos colonizados (*O Fio da História*, 9.º ano) ou cartoons que satirizam o colonialismo português (*Missão História*, 9.º ano).

A iconografia e as fotografias utilizadas referentes ao 25 de Abril e à época procedente, apesar de apresentarem maior variedade do que as restantes, são também de um modo geral pouco variadas. A iconografia e as fotos que se encontram presentes na maioria dos manuais são quase sempre as fotos de Salgueiro Maia, dos soldados no Terreiro do Paço ou da criança a colocar o cravo na ponta da arma. Por sua vez, o período do pós-25 de Abril apresenta o cartaz da “Maioria Silenciosa”, fotos e cartazes dos partidos, o símbolo do MFA de João Abel Manta e ocasionalmente algumas pinturas de murais ou fotos da Reforma Agrária.



## II. Narrativa, silêncios e ausências

A presença do 25 de Abril e do processo revolucionário nos manuais estudados revela uma narrativa interpretativa do período assente em quatro mecanismos. Ao selecionar acontecimentos específicos e descontextualizados, os manuais procedem a *saltos temporais* que dificultam a compreensão de um período conturbado, que compreende a queda de um regime autoritário e a posterior estabilização democrática. Existe também uma *simplificação dos projetos políticos* em confrontos a partir do 25 de Abril de 1974 que pouco traduz a complexidade da mudança de regime em Portugal. Em consequência, nota-se a *ausência dos movimentos sociais* ou a sua descredibilização enquanto atores de mudança. Os manuais plasmam uma *redução dos limites da democracia*, assente na representação e não na participação. Estas quatro camadas traduzem uma *narrativa teleológica* que aponta para a construção de uma democracia representativa liberal, integrada na Comunidade Económica Europeia, como o único fim possível deste processo.

### Os saltos temporais

Se o 25 de Abril de 1974 constitui um marco fundamental para o estudo deste período, a seleção dos acontecimentos descritos pelos manuais exprime uma visão parcial do seu significado. Ao efetuar saltos temporais na apresentação do período iniciado pela queda do regime autoritário em 1974, os manuais contribuem para o esvaziamento do próprio período revolucionário e do seu significado. Podemos identificar dois saltos temporais principais ao longo das páginas dos manuais. O primeiro acontece entre o 25 de Abril de 1974 e a entrada em vigor da Constituição em abril de 1976, o segundo entre essa data e a adesão portuguesa à CEE em 1986.

Os manuais de História do 6.º Ano são particularmente significativos sob este aspecto. Apresentam em pormenor o dia do 25 de Abril – em particular as operações militares – o programa do MFA e expõem as primeiras medidas tomadas pela JSN. No entanto, os principais acontecimentos do período revolucionário estão ausentes destes manuais, com exceção do processo de descolonização. As eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de abril de 1975 aparecem apenas para explicar a Constituição de 1976. A apresentação em pormenor dos órgãos políticos e administrativos do novo regime democrático conclui este primeiro salto. O segundo salto temporal acontece entre 1976 e a integração de Portugal na Europa comunitária em 1986. A integração internacional do país, com particular destaque para a CEE, constitui o único tema verdadeiramente tratado após 1976. A partir dessa integração europeia, os manuais apresentam a modernização do país resultante dos investimentos comunitários.

Se estas ausências nos manuais do 6.º Ano poderiam explicar-se pela extensão do programa neste ano letivo, repetem-se no 9.º e no 12.º Ano, constituindo assim um padrão explicativo. Os manuais do 9.º Ano referem as principais datas do processo revolucionário (28 de setembro de 1974, 11 de março de 1975, 25 de novembro de 1975) e nos do 12.º Ano o período é mais aprofundado, focando as tensões políticas do Verão Quente. No entanto estes manuais traduzem as mesmas tendências. No período pós-1976 são apenas apresentadas as dificuldades do desenvolvimento económico e a integração europeia como fim do pro-

cesso aberto em 1974 (9.º Ano) e existe um salto temporal entre a apresentação do texto constitucional de 1976 e a sua revisão em 1982 (12.º Ano).

O conceito de “longo 1974” criado pelo Rui Cunha Martins procura restituir a “densidade temporal” e a unidade do período aberto pelo 25 de Abril de 1974 (Martins, 2011, 13). Contrariando esta leitura os manuais operam uma redução do processo revolucionário ao seu momento fundador – o dia do 25 de Abril – e desenvolvem uma visão truncada do período, ao efetuarem saltos temporais. Estes saltos temporais presentes nos manuais de História conduzem a uma “subalternização do acontecimento revolucionário”, retomando a expressão de Maria Manuela Cruzeiro (2011, 131). Ocorre assim um esvaziamento do período revolucionário e dos anos de 1980, essenciais para perceber as transformações recentes do país. Parece que a história de Portugal após 1974 passa a ser a história da sua integração na CEE.

### A simplificação dos projetos políticos

A queda do regime autoritário constituiu uma abertura de possibilidades políticas na História contemporânea portuguesa e ao longo de todo o processo revolucionário estiveram em confronto projetos políticos diversos para o futuro regime. Foram perspectivados vários cenários como o regresso à um regime autoritário de extrema direita; a evolução para um regime comunista de inspiração soviética; a transição para um regime de democracia parlamentar com uma economia liberal; um poder militar com reformas de cariz socialista ou ainda um projeto de poder popular assente nas organizações populares de base. Este período foi também marcado por uma pluralidade de poderes entre o MFA – ele próprio dividido –, a JSN, o Conselho da Revolução, os dois Presidentes da República, os seis Governos Provisórios, os deputados da Assembleia Constituinte e ainda os movimentos sociais e as organizações populares de base.

Apesar desta diversidade de projetos políticos, os manuais apresentam uma simplificação dos projetos políticos e reduzem-nos a um confronto maniqueísta entre uma “via revolucionária” e uma “via democrática”. Os manuais do 6.º Ano, como vimos, não fazem referência aos acontecimentos centrais do processo revolucionário e os do 9.º Ano apresentam sobretudo uma visão institucional do período. É nos manuais do 12.º Ano que esta leitura simplificada dos projetos políticos está particularmente desenvolvida:

“O confronto entre a via revolucionária radical e a via democrática aprofunda-se com a contestação levada a cabo pelo Grupo dos 9, que propõe uma nova via para a sociedade portuguesa. Este grupo recusa a implantação de um regime comunista em Portugal, situação que se adivinhava possível pela forte posição que o Partido Comunista Português possuía em setores-chave da sociedade e nos sucessivos governos provisórios”. (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 113)

Ao apresentar o período revolucionário como um embate entre um projeto democrático e um projeto revolucionário, os manuais simplificam posições políticas concorrentes. A cristalização dos “revolucionários” em torno do PCP esconde diferenças fundamentais entre este e os movimentos de extrema esquerda. Os manuais fazem do período um confronto entre os partidos socialista e comunista e alimentam a confusão relativamente ao projeto defendido pelo MFA:

“Tudo parecia, nesta altura, encaminhar Portugal para a adoção de um modelo coletivista, sob a égide das Forças Armadas”. (*Um novo Tempo da História*, 12.º ano, 125)

“As eleições, ganhas pelo PS, evidenciam que o Norte é mais afeto à direita, em contraponto com um Sul mais ligado à esquerda. Apesar do discreto resultado da esquerda, o MFA elabora o Documento-Guia, cujas orientações políticas e económicas preveem a instauração em Portugal de um regime comunista”. (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 110)

“A inversão do processo deveu-se, em grande parte, ao forte impulso dado pelo Partido Socialista à efetiva realização, no prazo marcado, das eleições constituintes prometidas pelo Programa do MFA. [...] Os resultados da votação [Assembleia Constituinte de 25/04/1975] foram determinantes para a inflexão da via marxisto-revolucionária”. (*Um novo Tempo da História*, 12.º ano, 126)

De igual modo, as violências protagonizadas pela extrema-direita através de assaltos a sedes de partidos de esquerda e atentados bombistas (Carvalho, 2017) estão quase ausentes do texto dos manuais. Esta ausência reforça mais ainda a simplificação dos confrontos políticos entre um projeto democrático e um projeto de natureza comunista. Quando estes atentados são referidos, estão colocados em pé de igualdade com violências cometidas por forças revolucionárias e movimentos sociais, o que não se comprova factualmente:

“A situação política complicou-se durante o verão de 1975, o chamado “Verão Quente” com ataques violentos a sedes de partidos (nomeadamente as do Partido Comunista e do CDS), atos terroristas, numerosas greves e manifestações”. (*O Fio da História*, 9.º ano, 178)

“Esta conjuntura reflete-se na agitação política e social então verificada ficando o país dividido e à beira de uma guerra civil. Entra-se na fase mais agitada do PREC – o “Verão Quente” de 75 – com manifestações de rua e assaltos a sedes de partidos. No Norte assaltam-se as sedes dos partidos de esquerda, e no Sul as dos mais à direita”. (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 113)

Nos manuais, o 25 de Novembro de 1975 aparece como o momento de resolução deste conflito com a vitória da via democrática após o fracasso da tentativa de tomada de poder por parte dos revolucionários/comunistas:

“Este golpe [de 25 de novembro], que, por pouco, não coloca o país numa guerra civil, acaba por se malograr e, com ele, as tentativas da esquerda revolucionária para tomar o poder. Ficava aberto o caminho para a implantação de uma democracia liberal”. (*Um novo Tempo da História*, 12.º ano, 128)

Existe assim uma leitura orientada do 25 de Novembro, contestado por várias investigações (Rodrigues, 1979). Ao contrário do sugerido, o afastamento do poder de Vasco Gonçalves ocorre em setembro de 1975 e o PCP continuou a ter representação no VI Governo Provisório.

“Vasco Gonçalves, primeiro-ministro dos II, III, IV e V governos provisórios, militar próximo do PCP, é a personalidade mais visível da corrente comunista. Perde toda a sua influência com o golpe de 25 de novembro de 1975, que afasta os comunistas da esfera do poder” (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 113).

De notar finalmente que os manuais do 9.º Ano apresentam estes factos no capítulo chamado o “difícil caminho da democracia”. O uso desta expressão reforça a ideia de um confronto entre uma via democrática e uma via mais radical, concebida como em oposição ao projeto de democratização do país.

## A ausência dos movimentos sociais

Apesar da sua centralidade para perceber o processo revolucionário português, os movimentos sociais (greves, manifestações, sindicatos, organizações populares de base, cooperativas...) estão pouco presentes nos manuais. Consequência dos saltos temporais e da redução do processo revolucionário ao dia do 25 de Abril, a presença da população reduz-se aos primeiros dias deste período. Nos manuais do 6.º Ano encontra-se algumas fotografias de populares no Largo do Carmo no dia 25 de Abril e raramente referência ao 1.º de Maio ou a imagens de manifestações com slogans. A presença da população parece assim restringir-se aos dias 25 de Abril e 1.º de Maio de 1974:

“O 25 de Abril teve a imediata adesão das populações. Dias depois, no 1.º de Maio de 1974, no meio de uma alegria entusiástica, gigantescas manifestações consagraram o apoio popular ao movimento revolucionário”. (*História Nove*, 9.º ano, 102)

“O apoio dos populares aos revolucionários contribuiu para o êxito do MFA. O povo saiu à rua com grande entusiasmo e impediu, com a sua presença, que se travassem combates”. (*O Fio da História*, 9.º ano, 177)

Além destes dois primeiros acontecimentos, sobressai a ausência dos movimentos sociais e populares ao longo do processo revolucionário tal como está retratado nos manuais. Quando aparecem nos manuais, os movimentos sociais são referidos de maneira bastante negativa, como excessos do período e desestabilização para a democratização do país:

“Após os primeiros dias de unidade política, o processo revolucionário conheceu momentos difíceis. A tranquilidade pública foi perturbada por constantes manifestações de rua, sucessivas greves e perseguições políticas aos partidos conservadores”. (*Páginas da História*, 9.º ano, 182)

“Desmanteladas as estruturas repressivas do Estado Novo, o país mergulha numa euforia de liberdade que, em breve, resvala para um clima de confrontos políticos e de graves tensões sociais. Nas ruas sucedem-se as manifestações, nos locais de trabalho gritam-se palavras de ordem e saneiam-se os elementos considerados “reacionários”, uma vaga imparável de greves e reivindicações paralisa a produção”. (*Um novo Tempo da História*, 12.º ano, 145)

Em conformidade com os programas, os manuais do 11.º e do 12.º Ano apresentam o conceito de poder popular, definido como o “exercício de poder e gestão pelos trabalhadores nas empresas (através das Comissões de Trabalhadores) e pelos populares nos bairros (nas Comissões de Moradores)” (*Nova Construção da História*, 12.º ano, 126). Mas estes movimen-

tos são objeto de tratamento bastante enviesado e negativo nos manuais. No manual *Um novo Tempo da História* apresenta – sem o devido enquadramento explicativo – o caso do “julgamento popular” de José Diogo que corresponde a um caso limite e em nada representativo da atividade das organizações populares de base. O livro fala mesmo da “miragem do poder popular” (p. 125) e aponta para a sua inconsistência e até irresponsabilidade:

“Entretanto, a **agitação social** cresce a olhos vistos, orientando-se por uma filosofia igualitária e pela miragem do **poder popular**. Por todo o país se procede a saneamentos sumários de quadros técnicos e outros funcionários considerados “de direita”; nas empresas privadas, as comissões de trabalhadores assumem o comando, impedindo os proprietários de entrarem nas instalações e destituindo os corpos gerentes; nas cidades e nas vilas constituem-se “comissões de moradores” e “comités de ocupantes” que levam a cabo ocupação de casa vagas, do Estado ou de particulares, quer para fins habitacionais, quer para a instalação de equipamentos sociais de iniciativa popular (creches, centros clínicos, parques infantis); no Sul, a Reforma Agrária toma uma feição extremista com a ocupação das grandes herdades pelos trabalhadores rurais, que as transformam em “unidades coletivas de produção”. Este ambiente anárquico gerou um clima de opressão e medo nas classes médias e alta que impeliu milhares de portugueses a abandonarem o país”. (*Um novo Tempo da História*, 12.º ano, 125)

Trata-se de um parágrafo interpretativo, politicamente orientado e não fundamentado em fontes ou documentos. Os manuais não apresentam as reivindicações desses movimentos nem as suas causas que podem ser encontradas nas condições de vida das populações após décadas de autoritarismo. Da mesma forma, não há referência ao papel dos movimentos sociais em sectores como o da habitação, da cultura ou na construção de novas infraestruturas. Os movimentos de poder popular constituíram um projeto político alternativo, mas não aparecem como tal nos manuais, consequência da simplificação das lutas políticas entre democracia e regime comunista.

## A redução dos limites da democracia

A definição da democracia que transparece nos manuais de História relativamente ao 25 de Abril aparece bastante pobre e reduzida. Presentes nos programas do 6.º Ano, os conceitos de “democracia”, “direito de voto” e “cidadania” são exemplos eloquentes da redução da democracia aos mecanismos da democracia representativa. A democracia aparece assim como “forma de governo em que o povo elege os seus representantes, através do voto” (*Máquina do Tempo*, 6.º ano, 115) ou ainda como “tipo de regime político em que os cidadãos têm a liberdade de escolher os seus governantes” (*Novo HGP*, 6.º ano, 51).

Consequência desta definição restrita da democracia, o direito de voto é reduzido ao “direito que os cidadãos têm de escolher os seus governantes através de eleições” (*Novo HGP*, 6.º ano, 51). Mais flagrante ainda é a limitação da prática da cidadania à participação em atos eleitorais. O cidadão é assim um “indivíduo de nacionalidade portuguesa, com mais de 18 anos, sem incapacidade mental, que goza de um conjunto de direitos e deveres, fixados na Constituição” (*HGP em Ação*, 6.º ano, 147). Esta definição da cidadania exclui dos processos de participação largas camadas da população e limita o seu exercício aos períodos eleitorais.

A descrição do sistema democrático presente nos manuais é sobretudo institucional, com a presença de vários quadros explicativos do funcionamento das instituições e das relações entre os diversos órgãos de poder. Os conceitos presentes nos manuais do 9.º Ano traduzem esta visão institucional e administrativa da democracia: “democratização”, “descentralização”, “autonomia regional” e “poder autárquico”.

Os artigos das Constituição de 1976, citados pelos manuais, vão no mesmo sentido e apresentam sobretudo as conquistas consagradas pelo texto constitucional na área das liberdades e direitos fundamentais como o princípio de igualdade; a liberdade de expressão, de informação e de imprensa; o direito de reunião, de manifestação e de associação; o acesso à direitos sociais (educação, saúde, segurança social, trabalho). O preâmbulo – onde é particularmente presente a componente ideológica do texto – apenas está citado nos manuais do 11.º e 12.º Ano. Os artigos que apresentam outras vertentes de participação democrática estão ausentes dos manuais. Existe assim uma limitação do carácter democrático presente na Constituição de 1976 que sustenta que “todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos” (48.º) e que “a participação direta e ativa dos cidadãos na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático” (112.º).

## Uma narrativa teleológica

O escamotear do processo revolucionário através de saltos temporais, o maniqueísmo da apresentação dos projetos políticos para Portugal, os silêncios sobre os movimentos sociais e a redução da democracia à sua vertente representativa e eleitoral, têm por consequência a divulgação de uma visão teleológica do período revolucionário e da transição democrática portuguesa. A integração de Portugal na CEE aparece assim como o único fim possível deste processo e o elemento que vem explicar *a posteriori* a unidade do período.

Michel-Rolph Trouillot mostrou as estratégias de silenciamento que afetam a presença do colonialismo e do racismo na produção da História (Trouillot, 1995). O silenciamento da dimensão política da escravatura nos manuais escolares conduz, segundo Araújo e Maeso, a uma impossibilidade de perceber a questão do racismo (2011). Os mesmos mecanismos de produção de silêncios (Pollak, 1989; Ricoeur, 2012; Traverso, 2012) e ausências afetam o ensino do processo revolucionário dado através dos manuais escolares. Com a proposta da sociologia das ausências, Boaventura de Sousa Santos destacou a necessidade de questionar a produção destes silêncios (2002). As simplificações e ausências presentes nos manuais sustentam uma narrativa teleológica, atitude que faz da finalidade de um processo histórico uma necessidade inscrita à partida.

A narrativa teleológica desenvolvida sobre o 25 de Abril inscreve a transição para uma democracia representativa com economia de mercado como uma necessidade, confirmada com a adesão portuguesa à Europa comunitária. A integração de Portugal na CEE aparece assim como a única via possível para resolver os problemas estruturais do país. Esta narrativa traduz uma posição política contida no slogan socialista para a eleições legislativas de abril 1976 “A Europa conosco” ou ainda apelido de “mito da CEE” por João Martins Pereira (1983).

Esta lógica reproduz uma interpretação historiográfica que tende a analisar a constituição de uma democracia liberal em Portugal como o início de uma nova vaga de democratização: a terceira segundo Samuel Huntington (1994), a quarta segundo Philippe Schmitter (1999), comprovando uma hipotética “fim da História” com o triunfo do capitalismo liberal (Fukuyama, 1992). Estas interpretações estão presentes nos manuais de 12.º ano sob o capítulo “O significado internacional da revolução portuguesa”. Encontra-se novamente juízos de valores sobre o impacto do processo revolucionário português na transição espanhola:

“Os ventos democráticos que, na primavera de 1974, sopraram de Portugal, alimentaram os desejos de mudança e permitiram algumas reformas no seio do próprio regime. E, se a posterior radicalização do processo português constituiu motivo de alarme, contribuindo para endurecer o último ano do franquismo, o certo é que os Espanhóis retiraram dela proveitosos ensinamentos, que os ajudaram a evitar o défice de autoridade e a desorientação que se verificou no nosso país”. (*Um novo Tempo da História*, 12.º ano, 143)

A orientação de Portugal para a Comunidade Europeia aparece assim como uma necessidade ou um destino e não como uma opção política, passível de ser debatida.

Esta narrativa teleológica coloca um desafio à investigação e ao estudo do período revolucionário e da transição democrática, bem identificado por Maria Manuela Cruzeiro:

“O que está em jogo é, pois, saber se é possível olhar este período como um *continuum*, uma sequência histórica, um processo teleologicamente conducente ao seu próprio fim, 25 de Novembro, ou se, pelo contrário, esse epílogo não foi uma fatalidade, mas antes uma possibilidade, vitoriosa sem dúvida, mas sempre uma possibilidade entre outras, que, vencidas embora, não deixaram de marcar profundamente o processo, os seus protagonistas, e afinal a própria fisionomia deste país”. (Cruzeiro, 2011, 130)

Cabe à investigação científica restituir os debates da época sobre o futuro regime e questionar a produção de silêncios e ausências, recorrendo às fontes disponíveis. A diversificação dos documentos de suporte aparece como um meio para restituir a densidade deste período da História portuguesa. O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Fundação Mário Soares ou ainda o Arquivo Ephemera disponibilizam ao público recursos acerca deste período. No plano mais largo, importa revalorizar o papel da História e do conhecimento histórico nos currículos e nos tempos letivos. A atualização dos conteúdos com a redação de novos programas também poderá ser uma forma de aproximar os últimos desenvolvimentos da investigação e os conteúdos dos manuais.

## Notas conclusivas

O objetivo central deste artigo é avaliar a presença do período compreendido entre o fim do Estado Novo, o processo revolucionário e a transição para a democracia nos manuais de História do 6.º, 9.º e 12.º Ano. Os acontecimentos, os temas e os documentos apresentados sustentam uma narrativa identificada pelos seguintes elementos: saltos temporais, simplifi-

cação dos projetos políticos, silêncios sobre os movimentos sociais e redução dos limites da democracia. Já os documentos de suporte presentes nos manuais carecem de variedade.

No entanto, a investigação científica sobre este período tem tido avanços significativos nos últimos anos, contribuindo assim para uma compreensão mais profunda destas dinâmicas. De ter em conta que investigadores, recentemente, têm-se debruçado sobre temas como o movimento estudantil, a Guerra Colonial, ou ainda os movimentos sociais no processo revolucionário. Todavia, parece existir um fosso entre as investigações académicas e a informação contida nos manuais escolares. Apesar da produção historiográfica, e do próprio *ethos* do historiador serem distintos da história leccionada, cada vez mais autores têm alertado para uma renovação dos conteúdos e práticas escolares (Cerri, 2009, 152 e Nunes; Ribeiro, 2007, 97-98). Visando uma maior articulação das práticas lectivas com o desenvolvimento geral do saber histórico e do sentido crítico do aluno. Bem como a preocupação de fomentar no mesmo a noção da construção histórica enquanto narrativa e, portanto, sujeita a reparos e revisões.

Também os arquivos existentes podem providenciar um conhecimento mais robusto, e consequentemente, permitir novas interpretações. Confrontar os alunos com documentos da época e colocando-os no papel de investigadores representa uma prática que se insere na educação para a cidadania, através do desenvolvimento de competências interpretativas. A promoção do debate e o fortalecimento do sentido crítico são indispensáveis para a formação do cidadão consciente e para a sua participação na sociedade democrática.

## Referências

### Manuais

6.º Ano:

ALVES, E.; JESUS, E. (2018) – *HGP em Ação 6*. Porto: Porto Editora.

COSTA, F.; MARQUES, A.; PINTO RIBEIRO, C. (2018) – *História e Geografia de Portugal 6*. Porto: Porto Editora.

GAGO, M.; MARINHO, P. (2017) – *Era uma vez... 6*. Lisboa: Raiz Editora.

MATIAS, A.; RODRIGUES OLIVEIRA, A.; CANTANHEDE, F. (2017) – *Novo HGP 6*. Alfragide: Texto Editores.

SOUSA, L.; SOARES, L.; ALBINO, M. (2017) – *Máquina do Tempo 6*. Lisboa: Edições Asa.

9.º Ano:

AMARAL, C.; ALVES, B.; TADEU, T. (2018) – *Missão: História 9*. Porto: Porto Editora.

BARREIRA, A.; RODRIGUES, T.; MOREIRA, M. (2015) – *Páginas da História 9*. Lisboa: Edições Asa.

DINIZ, E.; TAVARES, A.; CALDEIRA, A. (2013) – *História Nove 9*. Lisboa: Raiz Editora.

LAGARTIXA, C.; SARDINHA, H.; GOMES, J.; CATARINO LOPES, P. (2018) – *Hora H 9*. Lisboa: Raiz Editora.



MAIA, C.; PINTO RIBEIRO, C.; AFONSO, I. (2018) – *Novo Viva a História! 9*. Porto: Porto Editora.  
RODRIGUES, A.; CANTANHEDE, F.; CATARINO, I; GAGO, M.; TORRÃO, P. (2015) – *O Fio da História 9*. Alfragide: Texto Editores.

11.º Ano:

AMARAL, C.; JESUS, E.; ALMIRO NEVES, P.; CARVALHO, M. M. (2018) – *Tempos de Mudança 11*. Porto: Porto Editora.

12.º Ano:

PINTO, C.; MONTERROSO, M. A. (2018) – *Um Novo Tempo da História 12*. Porto: Porto Editora.  
VERÍSSIMO, H.; LAGARTO, M.; BARROS, M. (2009) – *Nova Construção da História 12*. Lisboa: Edições Asa.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, M.; RODRÍGUEZ MAESO, S. (2011) – “A institucionalização do Silêncio: A escravatura nos manuais de história portugueses”. *Revista Ensino Superior*. N.º 39. p. 32-39.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de (1977) – *Alvorada Em Abril*, Amadora: Livraria Bertrand. 650 p.
- CARVALHO, Miguel (2017) – *Quando Portugal Ardeu*. Alfragide: Oficina do Livro. 556 p.
- CERRI, Luís Fernando ((2009) – “Ensino de História e concepções historiográficas”. *Espaço Plural*. N.º 20. p. 149-154.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2011) – “Revolução e Revisionismo Historiográfico. O 25 de Abril visto da História”. In CUNHA MARTINS, Rui – Portugal 1974. *Transição Política em Perspectiva Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 97-134.
- DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (2018) – *Aprendizagens Essenciais. 6.º Ano. História e Geografia de Portugal*. Direção Geral da Educação.
- DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (2018) – *Aprendizagens Essenciais. 9.º Ano. História*. Direção Geral da Educação.
- DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO (2018) – *Aprendizagens Essenciais. 12.º Ano. História*. Direção Geral da Educação.
- FERREIRA, José Medeiros (1993) – *História de Portugal: Oitavo volume. Portugal em transe (1974-1985)*. Lisboa: Círculo de Leitores. 518 p.
- FUKUYAMA, Francis (1992) – *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Círculo de Leitores. 382 p.
- HUNTINGTON, Samuel (1994) – *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Atica. 335 p.
- MARTINS, Rui Cunha (2011) – Portugal 1974. *Transição Política em Perspectiva Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 271 p.
- MENDES, C. (Coord.); SILVEIRA, C.; BRUM, M. (2002) – Programa de História A. 10.º, 11.º e 12.º

- Anos. Curso científico-humanístico de ciências sociais e humanas. Formação específica. Lisboa: Ministério da Educação.
- MENDES, C. (Coord.); VIEIRA, B.; SILVEIRA, C.; BRUM, M. (2002) – Programa de História B. 11.º Ano. Curso científico-humanístico de ciências sócio-económicas. Lisboa: Ministério da Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1991) – Programa História e Geografia de Portugal. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino Básico, 2.º Ciclo. Volume II. Lisboa: Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1999) – Programa História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino Básico, 3.º Ciclo. Volume II. Lisboa: Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário.
- NUNES, J. P. A.; RIBEIRO, A. I. S. (2007) – “A Didática da História e o perfil do professor de História”. *Revista Portuguesa de História*. N.º 39. p. 87-105.
- PEREIRA, João Martins (1983) – *No reino dos falsos avestruzes: Um olhar sobre a política*. Lisboa: A regra do jogo. 165 p.
- POLLAK, Michael (1989) – “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Volume 2, n.º 3. p. 3-15.
- RICOEUR, Paul (2012) – *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp. 535 p.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário (1979) – *Abril nos Quartéis de Novembro*. Amadora: Livraria Bertrand. 483 p.
- REIS, António (1994) – *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. 519 p.
- ROSAS, Fernando (1993) – *História de Portugal: Sétimo Volume*. Lisboa: Estampa. 587 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002) – “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 63. p. 237-280.
- SCHMITTER, Philippe (1999) – *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 498 p.
- TRAVERSO, Enzo (2012) – *O passado, modos de usar. História, memória e política*. 2.ª ed. Lisboa: Unipop. 194 p.
- TROUILLOT, Michel-Rolph (1995) – *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press. 191 p.